

# GUIA DE LEGALIZAÇÃO

---

SÃO PAULO

Os equipamentos da Montele são vistos por toda a cidade de São Paulo - nas agências bancárias na Avenida Paulista, na USP, no Ibirapuera, em museus, hospitais e shopping centers.



# Guia de legalização de elevadores e plataformas na prefeitura de São Paulo

A prefeitura de São Paulo, através da Lei Municipal nº 10.348, fiscaliza a instalação e manutenção de elevadores e plataformas elevatórias.

Através da Secretaria municipal de urbanismo e licenciamento a empresa conservadora devidamente registrada na Prefeitura do Município de São Paulo, junto à Coordenadoria de controle e uso de imóveis – Divisão de equipamentos e instalações (CONTRU/DINS) com a devida Concessão de Registro (regulamentada pelo Decreto 52.340 / 11) deve efetuar o **“Cadastro para funcionamento de aparelho de transporte”**.

Todo elevador ou equipamento de transporte vertical deve possuir a **“Chapa de Registro”** com o número do aparelho emitido pela PMSP. Esta certifica que o ATV (aparelho de transporte vertical) encontra-se em perfeitas condições de funcionamento e uso de acordo com as normas técnicas oficiais vigentes emanadas pelas autoridades competentes (ABNT) e sob os cuidados de um responsável técnico devidamente registrado no Conselho regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (CREA-SP).

Anualmente a empresa conservadora fará vistoria minuciosa no equipamento e emitirá o **RIA Online** (Relatório de Inspeção Anual) que indicará as condições de segurança e funcionamento do equipamento. O documento deverá ser disponibilizado para ser fixado em local de fácil acesso aos usuários como quadro de avisos ou portaria das edificações. (Decreto 47.334 de 31/05/06)

**Para o processo online o proprietário ou responsável pelo uso do equipamento deverá apresentar alguns documentos necessários ao cadastramento à empresa conservadora:**

- Confirmação do código do logradouro (CODLOG) onde o imóvel encontra-se localizado - normalmente presente na capa do IPTU ou poderá ser confirmado também via Sistema Mapa Digital da cidade de São Paulo;
- Documento ou o número do processo que conste ressalva para instalação do aparelho de transporte, tais como:
  - ▶ Auto de Regularização;
  - ▶ Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova;
  - ▶ Alvará de Aprovação e Execução de Reforma;
  - ▶ Projeto Modificativo de Alvará de Aprovação de Edificação Nova;
  - ▶ Projeto Modificativo de Alvará de Aprovação e Execução de Reforma;
- Contrato de manutenção ativo firmado com a empresa responsável pelo cadastramento;

## Taxas complementares

Ao assumir a responsabilidade técnica pela conservação de elevadores ou aparelhos similares, a empresa conservadora contratada, com registro concedido pelo CONTRU-DINS, deverá emitir a guia e quitá-la, referente à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo - CREA / SP, pelos serviços de conservação, objetos do contrato assinado com os proprietários ou responsáveis pelo uso dos referidos aparelhos.

Para emissão do RIA Relatório de Inspeção Anual, o responsável técnico da empresa conservadora deverá recolher ART, Anotação de Responsabilidade Técnica para cada relatório emitido.

## Taxa de licença de elevador

A taxa de licença trata-se de uma taxa emitida anualmente pela PMSP – CONTRU/DMIS para cada aparelho de transporte cadastrado. É emitida no início do mês de maio e entregue, via Correio, diretamente ao endereço de instalação do equipamento.

## Demais prefeituras municipais de São Paulo

Abaixo, principais prefeituras municipais no estado de São Paulo que realizam avaliação prévia, emissão de alvarás para instalação, alvarás para o funcionamento ou certificados específicos para os equipamentos de transporte vertical, elevadores e plataformas elevatórias.

- Prefeitura Municipal de Barueri
- Prefeitura Municipal de Osasco
- Prefeitura Municipal de Santos
- Prefeitura Municipal de São Vicente
- Prefeitura Municipal de Praia Grande
- Prefeitura Municipal de Guarujá
- Prefeitura Municipal de Bertioga
- Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo
- Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul
- Prefeitura Municipal de Santo André
- Prefeitura Municipal de Taboão da Serra
- Prefeitura Municipal de Guarulhos

De acordo com as legislações locais, cada prefeitura segue um padrão estipulado de exigências, avaliações e documentações necessário para o processo. Para mais detalhes recomenda-se consulta ao órgão municipal responsável.